

Eduardo Pedroto

Desjudicialização e Execução por Quantia no Brasil

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 *by* Eduardo Pedroto de Almeida Magalhães

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M189d

Magalhães, Eduardo Pedroto de Almeida
Desjudicialização e execução por quantia no Brasil / Eduardo Pedroto
de Almeida Magalhães. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021
192 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 165-177.

ISBN 978-65-5510-594-0

1. Direito processual. 2. Processo civil. 3. Execução judicial. 4. Execu-
ção por quantia certa. 5. Execução extrajudicial. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Roge Silva CRB-8/010483

Sumário

Lista de Abreviaturas	IX
Prefácio	1
Apresentação.....	5
Introdução.....	7
1 O Modelo Brasileiro de Execução por Quantia	13
1.1 Reflexões sobre Estado, Jurisdição e Execução Civil	13
1.1.1 Estado e jurisdição.....	14
1.1.2 Estado e execução civil.	21
1.1.3 Jurisdição e execução civil	24
1.2 Conceito de Execução	26
1.3 Evolução Normativa da Execução por Quantia no Brasil	30
1.3.1 As Ordenações Filipinas.....	30
1.3.2 O Regulamento nº 737/1850	32
1.3.3 Os Códigos estaduais de processo civil.....	33
1.3.4 O CPC/1939.....	33
1.3.5 O CPC/1973	34
1.3.6 Síntese da evolução histórico-normativa	38
1.4 A Execução por Quantia no CPC/2015	39
1.4.1 As três etapas do processo de execução	41
1.4.2 Síntese do processo de execução no CPC/2015.....	45
1.5 A Crise de Sobrecarga do Poder Judiciário Brasileiro e a Execução por Quantia.....	46
1.5.1 Alguns dados do Poder Judiciário brasileiro.....	49
1.5.2 Consequências desse cenário.....	51

1.5.3 Medidas de enfrentamento.....	54
2 Experiências de Desjudicialização da Execução por Quantia	57
2.1 O Conceito de Desjudicialização.....	57
2.2 Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	62
2.2.1 Experiências de desjudicialização da execução no Brasil	65
2.2.2 O Decreto-Lei nº 70/1966	67
2.2.3 A Lei nº 9.514/1997	71
2.2.4 Questionamentos sobre o Decreto-Lei nº 70/1966 e a Lei nº 9.514/1997	76
2.3 Direito Estrangeiro.....	81
2.3.1 Common law: Estados Unidos da América.....	82
2.3.1.1 Execução por quantia	83
2.3.1.2 Execução hipotecária	85
2.3.1.3 Utilidade para o Brasil	90
2.3.2 Direito europeu	91
2.3.3 Portugal.....	96
2.3.3.1 Execução por quantia.....	101
2.3.3.2 Utilidade para o Brasil	106
3 O Modelo Proposto de Desjudicialização da Execução por Quantia	107
3.1 Diversos Modelos Possíveis: Público, Privado, Misto.....	107
3.2 O Modelo Proposto	109
3.2.1 Alguns parâmetros	109
3.2.2 Uma via alternativa, não exclusiva.....	111
3.2.3 Eleição da via a critério do exequente	112
3.2.4 Preclusão após a escolha da via.....	114
3.2.5 Um modelo privado.....	114
3.2.6 O Agente de Execução.....	117
3.2.6.1 Exame dos agentes de execução previstos atualmente no Brasil.....	118

3.2.6.2 Exame dos profissionais liberais como agentes de execução	121
3.2.6.3 Exame dos particulares em colaboração com o Poder Público com vínculo de delegação	125
3.2.6.4 Exame do regime jurídico do tabelião de protesto.....	128
a) Constituição Federal de 1988	129
b) Lei nº 8.935/1994	131
c) Lei 9.492/1997.....	134
d) Conveniência e oportunidade de atribuição ao tabelião de protesto	139
3.2.7 Demais elementos do modelo: exame do Projeto de Lei 6.204/2019	142
3.2.8 Reflexões da doutrina ao Projeto de Lei 6.204/2019	147
3.2.9 A ausência de um procedimento extrajudicial pré-executivo (PEPEX) no Projeto de Lei 6.204/2019	158
3.2.10 Nota sobre a repercussão do Projeto de Lei 6.204/2019.....	162
Considerações Finais.....	163
Referências Bibliográficas.....	165